

O CONTO POPULAR COMO RECURSO DIDÁTICO PARA AS TURMAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Nara da Silva e Silva

Universidade do Estado da Bahia-UNEB

Gilvan do Santos Sousa

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB

Denise Aparecida Brito Barreto

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB

Resumo: A literatura popular, por fazer parte do patrimônio cultural, possibilita uma multiplicidade de processos de aprendizagem relevante para a formação do conhecimento. Visto isso, o presente artigo tem como objetivo analisar o uso dos contos populares enquanto recursos para trabalhar habilidades da língua, oral e escrita, em turmas da Educação de Jovens e Adultos-EJA. Com o intuito de desenvolver este trabalho recorreremos à pesquisa bibliográfica sobre a EJA e o conto popular. Como suporte metodológico nos apoiaremos em autores como Arroyo, Milanez, Freire, Meihy, Machado, dentre outros. Levando-se em consideração a necessidade de práticas de leitura e escrita que atendam a real necessidade de aprendizagem dos educandos da EJA, percebe-se a importância desse trabalho, à medida que reconhecemos em cada conto oral a sua variação e a possibilidade de identificações da cultura que o produziu, sendo assim, um material interessante para o aprender, estimulando a expressão oral e escrita e a criatividade, assim como o gosto pela leitura devido a sua linguagem direta e simples, riqueza em reiterações e musicalidade.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Conto popular; Leitura e escrita.

Introdução

A proposta de educação de trabalhadores com elevação de escolaridade é um trabalho que tem por base a concepção de uma educação que contribua na formação de um cidadão crítico, criativo, solidário e com capacidade de intervenção nos processos sociais.

Ao trabalharmos com as turmas de EJA, percebemos que a maioria dos alunos apresentam muitos problemas no que se refere a leitura e escrita, atividades estas fundamentais no processo de ensino aprendizagem. Essa realidade deve ser levada em consideração quando se pensa na

proposta de educar o jovem e o adulto, mas, na maioria das vezes os educadores não pensam ou buscam por motivos diversos, estratégias para atingir esse objetivo

Nesse sentido, o conto popular, por fazer parte da história oral, pode se tornar importante instrumento de aprendizagem, pois com a simplicidade que se traduz, pode ser explorado de várias maneiras, permitindo o desenvolvimento da linguagem, o registro ou o conhecimento das memórias dos educandos.

Diante disso, acreditamos que os sentidos subjacentes, presentes nos contos populares, podem propiciar sugestões pedagógicas a serem trabalhadas com as turmas da EJA. Neste trabalho buscamos perceber quais sugestões pedagógicas podem ser trabalhadas a partir dos contos populares e quais sentidos estão subjacentes às narrativas desses contos. Para Cascudo (1984), o conto apresenta-se como

Uma literatura, sem nome em sua antiguidade, viva e sonora, alimentada pelas fontes perpétuas da imaginação, colaboradora da criação primitiva, com seus gêneros, espécies, finalidades, vibração e movimento, continua, rumorosa e eterna, ignorada e teimosa, como rio na solidão, e cachoeira no meio do mato (p. 27).

Desse modo é significativa a escolha do conto popular para trabalhar com a EJA, pois à medida que esse se reproduz ganha vida e significado, sendo a todo o momento recriado. Isso prova o quanto os indivíduos são criativos e inovadores, modificando o que um dia ouviram e viram fazer, permitindo a expressão individual e coletiva dos educandos e, conseqüentemente, o trabalho com as habilidades de leitura e de escrita.

Para o fim citado, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre a EJA e o conto popular, com um método de abordagem qualitativo que, segundo Silva (2001), nesta abordagem há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Neste tipo de pesquisa não se requer o uso de métodos e técnicas estatísticas.

Quanto aos procedimentos técnicos, por meio da pesquisa bibliográfica, foi realizado o levantamento bibliográfico da temática em questão baseada em livros e teses. Segundo Silva (2001, p.21), a pesquisa bibliográfica define-se por ser “elaborada a partir de material já

publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet”.

Priorizamos os seguintes autores como base teórica na fundamentação e reflexão sobre os contos populares: Milanez (1993) e a sua obra *Pedagogia do oral: condições e perspectivas para sua aplicação no português*; Cascudo (1946), com os *Contos Tradicionais do Brasil*; e Freire (1996) e o seu livro *Educação e Mudança*.

Nesse sentido, a construção da pesquisa adotou a seguinte ordem: revisão bibliográfica, fichamento, análise dos contos populares com vista à elaboração e análises de propostas de trabalho com os contos populares em turmas da Educação de Jovens e Adultos.

A educação de jovens e adultos

Percebemos, na prática, que a EJA apresenta especificidades que precisam ser consideradas para que garantam a continuidade dos educandos. Os conteúdos, o tempo de cada aluno, seus limites, o estímulo da autonomia etc. são aspectos necessários que podem fazer o diferencial a fim de garantir o sucesso desses educandos.

Conforme a LDB 9.394/96, a EJA é uma modalidade da Educação Básica nas etapas dos ensinos fundamental e médio, destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

A referida modalidade centra-se no conjunto de práticas formais ou não formais utilizadas pelos docentes no desenvolvimento das suas aulas diárias. A educação de jovens e adultos constitui elemento fundamental para o processo de inclusão social, pois permite aos indivíduos que não tiveram acesso ao ensino formal no período regular, a oportunidade de educação (não) formal e permanente, e toda a gama de oportunidades de educação informal e ocasional existentes em uma sociedade educativa e multicultural, a fim de atender as necessidades do próprio educando e da sociedade.

Gohn (2010, p.1) apresenta a diferenciação da educação formal e a educação não formal:

Da educação formal, ressalta o espaço territorial da escola, a sua regulamentação e normatização, assim como a presença dos currículos. Já na modalidade não formal, referência a tese da intencionalidade, o aprendizado espontâneo e a

instrumentalidade presente na figura do educador social, além de critérios de solidariedade e identificação de interesses comuns; na informal, destaca os processos de socialização gerados no interior de relações intra e extrafamiliar.

É perceptível, assim, que o processo de aprendizagem pode ocorrer em diferentes espaços e baseados em experiências distintas. Porém, a educação não formal é defendida por Gohn (2010, p.2), como meio de formação cidadã, participativa e autônoma, ou seja, aquela que se assemelha a educação popular. Mas, a autora adverte essa analogia, pois vê-se práticas em que o objetivo se distancia da formação consciente do sujeito, perpassando por práticas clientelistas.

Desse modo, para trabalhar nesta área, há necessidade de profissionais pesquisadores que proponham relações dialógicas, que entendam o conhecimento como construção conjunta, visto que o educador atuará como agente de mudança, permitindo ao educando aquisição e desenvolvimento de conhecimentos e habilidades que os permitam enfrentar, interferir e participar das relações sócio-político-econômicas no mundo em que vivem.

Dessa forma, Freire (1996, p. 60) salienta que “a alfabetização não pode ser reduzida a um aprendizado técnico-linguístico, como um fato acabado e neutro, ou simplesmente como uma construção pessoal intelectual. A alfabetização passa por questões de ordem lógico-intelectual, afetiva, sociocultural, política e técnica”

Freire (2003, p. 85) afirma a relação entre educação e humanização, salientando a ideia de que a educação não acontece apenas em âmbito escolar, mas, sim, em diversas práticas sociais. Daí a necessidade de perceber a importância dos saberes trazidos pelos educandos. Assim, o autor afirma que não podemos deixar de lado, desprezado como algo imprestável, o que educandos, sejam crianças chegando à escola ou jovens e adultos, trazem consigo de compreensão do mundo nas mais variadas dimensões de sua prática na prática social de que fazem parte.

A literatura oral

Apesar do estudo da Literatura Popular ser fundamental para a compreensão da cultura de um grupo social, ainda são poucos os estudos a respeito desse tema. A sua permanência e persistência, assim como o papel dessa literatura enquanto meio de transmissão e produção do conhecimento é

inegável. As advinhas, cantos, rezas, contos, dentre outros, são textos que a cada dia vão sendo transmitidos oralmente e recriados, disseminando saberes e valores culturais.

Ao propor um estudo da literatura oral faz-se necessário explicitar a noção de cultura popular. Em *O que é cultura popular?* Arantes (1988) fala de cultura apoiando-se em concepções distintas, destacando alguns folcloristas e antropólogos que associam a cultura popular ao folclore, podendo-se afirmar, assim, que é um conjunto de objetos, práticas e concepções consideradas tradicionais. Já outros pesquisadores a concebem como manifestações de cultura tradicional, considerando-a como resíduo da cultura “cultura” de outras épocas.

É comum se observar a comparação da cultura popular ao folclore. Cascudo (1984, p.24), em *Literatura Oral no Brasil*, explica que a literatura folclórica é popular, porém, nem todas as produções populares são folclóricas. Uma produção que pode ser localizada com precisão no tempo será popular. Para se tornar folclórica, é necessária uma indecisão cronológica, referente a sua época de criação.

O tema sugere uma discussão ampla e, apesar de observar ideias de diferentes teóricos, é relevante também uma opinião do senso comum a seu respeito. Hoje, quando falamos em popular, associamos ao folclore, e nos remetemos logo a uma data comemorativa em que serão apresentadas produções não muito sérias, com intenções estéticas apenas; como parte do projeto pedagógico escolar – “semana do folclore”. Também é colocado como algo menor, visto que as produções são representadas por indivíduos pertencentes a classes subestimadas no cenário social. Percebendo que mesmo com ideias divergentes ou complementares, ao se tratar de cultura, devemos entendê-la, acima de tudo, como meio de produção de conhecimento. Sabendo-se do seu dinamismo e vivacidade, nem sempre reconhecida, a cultura está associada ao saber, demonstrando não só a história de um povo, como também características, valores e modos de vida.

Luyten (1998), em *O que é literatura popular?* Frisa o surgimento desta literatura popular, destacando duas fases: a partir do século XII como manifestação leiga, sem relação alguma com organizações religiosas, quando poetas nômades com linguagem regional, se incumbiam de contar poemas que, com o passar do tempo, chegaram a Europa, por meio de poetas andarilhos; e entre os séculos XVIII e XIX, momento em que houve um distanciamento entre a cultura erudita e popular.

No entanto, ainda hoje há certa intersecção entre elas, quando, por exemplo, uma se apropria de algum aspecto da outra, porém, sem deixar desaparecer seus traços marcantes, que as identificam.

No Brasil, as manifestações literárias tiveram seu apogeu no século XX, diferentemente da América do Norte e dos países europeus, em que as inovações já se faziam presentes para a população, a exemplo da imprensa.

No presente estudo é importante também enfatizar alguns conceitos sobre o termo “Literatura Oral”, como nos demonstra Cascudo (1988, p. 438), o qual define a Literatura Oral como “todas as manifestações culturais de fundo literário, transmitidas por processos não gráficos”. Somando-se a esse conceito, Simonsen (1984) diz que a literatura oral está firmemente baseada em um contexto social e cultural preciso e somente existe e se difunde em um sistema de instituições de transmissão mais ou menos complexas.

As expressões de caráter popular, e principalmente as que se dão de modo oral, se apresentam em toda a sociedade, porém, nas comunidades menos abastadas economicamente e tidas como iletradas é mais evidente sua manifestação. Valendo-se dela enquanto meio de comunicação, os indivíduos expressam interesses, informações, saberes, ainda que de modo implícito.

A literatura oral, no decorrer do século XX, passou a ser estudada com mais veemência, merecendo, por sua importância, uma pesquisa mais sistemática. Inúmeros registros foram publicados. No Brasil os contos que mais se destacaram foram de fadas. Na Alemanha, os irmãos Grimm contribuíram para expandir a tradição oral, coletando e publicando contos narrados pelo povo. No Oriente, uma antiga e interessante coletânea de contos, *As mil e uma noites*, narrados por Cherazde, foi reinventada durante longo tempo.

Quanto a sua origem, Simonsen (1984) os situa através de diversas teorias, demonstrando que algumas destas, consideram que os contos tiveram um local de origem, um centro comum e a partir desse se difundiram continuamente, a exemplo das teorias míticas e a indianista; outras, como a teoria etnográfica, acreditam que o conto nasceu em vários locais ao mesmo tempo, lugares distintos, porém com o mesmo nível de desenvolvimento cultural. E a teoria marxista, tendo como adepto Vladimir Propp que estuda os contos maravilhosos, busca suas origens nos sistemas antigos de produção na sociedade primitiva. Presume-se também, a influência religiosa

nas origens dos contos, verificados na Bíblia através de histórias contadas por Cristo, e também sobre Pedro.

No Brasil, muitos antropólogos e folcloristas são responsáveis pelo registro de contos populares, colaborando para permanecer viva a tradição oral, a exemplo de Silvio Romero e Câmara Cascudo. Este último, afirma que o conto “revela informação histórica, etnográfica, sociológica, jurídica e social. É um documento vivo, denunciando costumes, ideias, mentalidades, decisões e julgamentos” (1986.p.12).

Assim, o conto é uma forma de expressão cultural dotado de significado, estando a todo o momento sendo recriado. E como qualquer outro texto, manifesta valores e sentimentos, informa, mas também amedronta e inflige, podendo ser meio de manifestação de identidade e coesão social. E mostra toda essa importância através do sobrenatural, da magia, do inanimado, do risório etc. são características interessantes para desenvolver um trabalho pedagógico.

O conto popular na prática da EJA

Os educandos da EJA, apesar de possuírem muita experiência de vida e vivência de mundo, apresentam pouco contato com a literatura, com a linguagem escrita e oral nos padrões formais. É necessário, então, práticas que permitam trabalhar as habilidades de leitura e escrita, visando o amplo uso dessas modalidades. Assim, o conto popular, enquanto texto literário e de simples linguagem, possibilita o trabalho da língua materna para além da decodificação de sinais, mas pensado na prática social. Como afirma Kaufman e Rodriguez (1995, p.3):

O texto literário que permite o desenvolvimento de todas as virtualidades da linguagem, que é o espaço da linguagem liberada das restrições das normas, pode permitir-nos "ler para nada", para não fazer nada depois da leitura, somente nos leva pela imaginação; porém, também permite-nos analisar os mecanismos empregados pelo autor para produzir beleza, tentar recriar esses mecanismos em novas criações, desentranhar os símbolos que estruturam a mensagem, brincar com a musicalidade das palavras liberadas de sua função significativa.

Guimarães (1984) distingue três itens como necessários para caracterizar a técnica da narrativa popular. Primeiro, o ambiente propício, capaz de oferecer atmosfera tranquila para a

evocação do ouvinte que quanto mais se esquece de si mesmo, mais profundamente grava o que é ouvido. Em seguida, cita o uso das fórmulas, sobretudo as iniciais, que ajudam a criar uma expectativa positiva para o que vai ser contado: "era uma vez", "diz-se que aconteceu um dia". Também os linguistas textuais afirmam que o ouvinte/leitor, quando se depara com esse tipo de fórmula não apenas sabe se o que vai ouvir/ler é uma narrativa, mas antecipa estrategicamente mecanismos para apreender melhor o sentido do texto a ser contado.

Em terceiro lugar, Guimarães (1984, p. 87) informa da narrativa em si: deve ser viva e apaixonada, com a voz materializando as sucessivas fases da história, contada na ordem linear psicológica. Muda-se o timbre conforme a personagem do elenco, de energético a doce, passando por rouco ou choroso, conforme a situação evocada. As descrições de palácios, indumentárias, festas e danças variam as entonações e timbres de voz, além de gesticulações, movimentos de corpo, mudanças de ritmos. O uso dos pronomes demonstrativos e possessivos não satisfazem plenamente, sendo acompanhados de uma indicação mais precisa, localizando a fenda ou o golpe no próprio corpo. Há uma materialização sonora tão eficiente que dá a impressão de altura, distância, continuidade de marcha. O narrador duplica o vocábulo, prolongando-o: "correu, correu" ou "subiu, subiu" ou "subiu, subiu, subiiiiiiiiiiiiiu". Há, por fim, uma voz típica para alguns personagens, identificável e não confundida com outras figuras.

Quando emitimos sons eles são enunciados para um ouvinte. Esta projeção dos sons vocais chama-se elocução e abrange três funções importantes neste processo: a função expressiva, a função articulatória e a função rítmica. Da função expressiva depreende-se alguns elementos como o tom da voz, o qual diz respeito a um jogo de altura e força de emissão nos sons da fala, então, é importante variá-lo a serviço da expressão do pensamento, de acordo com o ambiente que se faz presente; a mímica e outro elemento relevante, oferece ao corpo humano a capacidade de uma linguagem significativa, que serve de complemento ao ato de falar. Quando estes dois elementos são realizados insatisfatoriamente, estão ligados ao nervosismo, devido à exposição oral em público.

Somando-se à função expressiva temos a articulatória onde se destacam, primeiramente, os fonemas, os quais distinguem as palavras e são caracterizados por um número de movimentos articulatórios que os imprimem traços acústicos determinados, possíveis de serem identificados. E,

devido a semelhança acústica de alguns fonemas, há chances das palavras pronunciadas se tornarem ininteligíveis. Sobre este defeito articulatório, em virtude das normas de pronúncias, há dois pontos a serem destacados: o hiperurbanismo - esforço exagerado e artificial para uma boa articulação; e o desleixo exposto numa articulação vulgar. É claramente observada a diferença nos modos de falar que geram uma desigualdade nesse âmbito, levando-se até o social. De um lado, tem-se a camada privilegiada, a qual é considerada detentora de um dialeto superior, de mais prestígio. Do outro, grupos menos prestigiados que possuem seus dialetos desvalorizados e considerados como incorretos.

Dessa forma, pode-se ressaltar que há diferenças linguísticas, mas também há diferenças sociais em virtude deste aspecto linguístico e, vários outros que não cabem nesta análise. Por fim, a função rítmica que é representada pelas pausas na oralidade e na velocidade da voz. A pausa, diz-se da interrupção da fala, e tem funções fundamentais: dar oportunidade ao desenvolvimento de um pensamento que se formula à medida que se exterioriza; possibilitar ao ouvinte o acompanhamento da enunciação, assimilando uma ideia de cada vez; e de permitir o mecanismo regular da respiração.

É claro que alguns problemas foram deixados pelo ensino tradicional com relação à língua padrão oral, fazendo-se necessário a reformulação do programa de ensino da língua materna na escola com o objetivo de proporcionar ao aluno uma prática constante da variedade padrão. É importante salientar que o desenvolvimento da linguagem oral precede e fundamenta o da linguagem escrita. A escola, nesse caso, assume papel fundamental ao conduzir o indivíduo a falar e ouvir melhor através da aquisição de habilidades específicas e formação de hábitos e atitudes favoráveis a boa expressão oral. Isso tudo também para que o processo a ser seguido posteriormente (a escrita) seja bem-sucedido.

Milanez (1993, p. 23 a 43) apresenta algumas condições básicas para o estabelecimento de uma pedagogia da oralidade, condições importantes para se desenvolver o trabalho que aqui se propõe: 1- Determinar os objetivos da prática da oralidade no ensino de língua materna; 2- Considerar a especificidade da língua oral; 3- Considerar a diversidade da língua oral; 4- Observar o processo internacional da comunicação; 5- Considerar a norma; 6- Levar em conta e distinguir o natural/artificial em sala de aula; 7 - Garantir a motivação.

A partir dos contos algumas sugestões podem ser consideradas para trabalhar com os contos populares em turmas da EJA:

- 1- Exploração do título como elemento prévio da leitura;
- 2- Reconhecimento dos fatos que formam a organização narrativa;
- 3- Identificação de elementos do texto narrativo (personagem, espaço, sequência, narrador);
- 4- Consideração de detalhes significativos de um texto narrativo;
- 5- Busca de elementos contextuais para verificar sentido atribuído ao texto.
- 6- Reflexão sobre atitudes de personagens;
- 7 - Relação entre história narrada e vida real;
- 8- Relação entre título e texto;

10- Leitura dramatizada do conto e conseqüente estabelecimento de correspondência entre oralidade e escrita;

- 11- Reconhecimento de usos sociais da linguagem;
- 12- Reflexão entre aspectos ortográficos;
- 13- Organização textual e
- 14- Regras de concordância.

Essas propostas seguem o que prega os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (BRASIL, 1998, p.15) de Língua Portuguesa quando aborda o uso da língua oral e escrita, conforme verificamos abaixo:

O domínio da língua, oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento.

Desse modo, a língua materna, ao ser ensinada, transcende os muros da escola. Pois a intenção é conferir ao aluno a sua participação na sociedade de modo efetivo. Os PCNs (BRASIL, 1998, p.21) afirmam que a escola tem responsabilidade no ensino da língua materna, dessa forma, proporcionar a todos os seus alunos condições para que eles tenham acesso aos saberes

linguísticos. Essa é uma das formas de torná-lo cidadão e assim, dar-lhe o direito de exercer o exercício da cidadania.

Considerações finais

Evidenciar sugestões para se trabalhar com os educandos da EJA e identificar os sentidos subjacentes nos contos populares permitiu perceber que a Literatura Oral contribui para manter viva uma tradição. E, também, destacar os contos como símbolos de representações, possuidores de marcas que possibilitam identificar modos de um povo.

O conto popular, ao ser tomado como recurso de trabalho, apresenta uma diversidade de atividades que podem ser dirigidas com ele. Permite a expansão de capacidade de uso da língua oral e escrita do aluno, permitindo-lhe refletir sobre ambas e considerando seus diversos usos. Assim, o aluno terá condições de ampliar o domínio da língua materna.

Os contos populares trazem imagens, ambientes, rituais, hábitos, comportamento e valores que representam um povo, traduzindo suas experiências. Por não ser uma narrativa descompromissada, como muitos pensam, apresenta uma finalidade, que acaba sendo aceita como verdade, pela sua insistência, repetição.

Percebe-se que os acontecimentos nos contos se passam de acordo com o intuito do narrador, de punir o mau e recompensar os bons, visando uma conduta exemplar. Essa recompensa faz com que todo o perigo e dificuldade sejam vencidos na busca da felicidade. Um outro fator observado é que assim como na vida real o poder sempre goza de destaque; os animais que servem de “chacota” nos contos têm como arma sua inteligência. Assim, estes contos expõem uma ética embutida nos valores de uma sociedade.

Essas representações demonstram a relação do indivíduo com o social. Pois é a partir do social que as histórias vão sendo moldadas e repetidas, muitas vezes com o intuito de promoverem mudanças, mantendo-se e estando abertas às modificações, porém conservando uma estrutura interna, como por exemplo, os papéis assumidos pelos personagens. Assim, os contos se mostram

como produto de (re)construção e (re)conhecimento, trazendo consigo representações que refletem a história de um povo (sucessos, derrotas, desejos, ações). Com esses exemplos fica comprovado, portanto, a importância do desenvolvimento dessa pesquisa. Ela se tornou possível a partir de estudos sobre Literatura Oral e nossas vivências enquanto educadores de EJA. Também contribuiu para levantar propostas didáticas com os contos, proporcionou conhecimento e apontou sua importância enquanto prática cultural de comunicação.

Desse modo, não só os contos, como também outras formas tradicionais contadas se mostram relevantes.

Referências

ARANTES, Antônio Augusto. **O que é cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos, n.36).

ARROYO, Miguel. **A educação de jovens e adultos em tempo de exclusão**. Revista de Educação de Jovens e Adultos. 2001, n. 11, pp. 09-20. ISSN 1518-7551.

ASSOLINI, Filomena Elaine Paiva. Professoras alfabetizadoras e suas leituras: história, memória e prática pedagógica escolar. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 6, n. 8, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/616>.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais – Ensino Fundamental – Língua Portuguesa**. Brasília: SEF/MEC, 1998.

_____. **Lei 9394 de 1996. Ministério da Educação e Cultura**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte / São Paulo: Editora Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

_____. **Contos tradicionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986. 316p.

_____. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Editora Itatiaia. Belo Horizonte, MG, 1988.

_____. **Contos Tradicionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1946.

COSTA, Ana Sheila Fernandes; AKKARI, Abdeljalil; SILVA, Rossana Valéria Souza. Educação básica no Brasil: políticas públicas e qualidade. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v.7, n. 11, jun./dez. 2011. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/666>.

EUGÊNIO, Benedito Gonçalves. O currículo na educação de jovens e adultos: entre o formal e o cotidiano numa escola municipal em belo horizonte. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 4, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/570>.

FARIA, Edite Maria da Silva de. O percurso formativo dos professores/pesquisadores da EJA na contemporaneidade. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 5, n. 7, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/607>.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 11^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GUIMARÃES, Maria Flora. “**O conto popular**” in: CHIAPPINI, Lígia. Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica. São Paulo: Cortez, 2000.

MACHADO, Regina Stela. **Acordais – fundamentos teórico-poéticos da arte de contar histórias**. São Paulo: DCL, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5^a Ed. São Paulo, Edições Loyola, 2005.

MILANEZ, Vânia. **Pedagogia do oral: condições e perspectivas para sua aplicação no português**. Campinas, SP. Soma, 1993.

SANTOS, José Jackson Reis dos. Especificidades dos saberes para a docência na educação de pessoas jovens e adultas. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 6, n. 8, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/623>.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

SIMONSEN, Michele. **O conto popular**. São Paulo: Martins Fontes 1984.